

## ARTIGOS OPINATIVOS E DE ATUALIZAÇÃO

---

### AJUSTANDO O FOCO DAS LENTES: OUTRO OLHAR SOBRE O PAPEL DA MULHER NAS FAMÍLIAS CONTEMPORÂNEAS

*Rita de Cassia Beraldo*<sup>1</sup>

ADJUSTING THE FOCUS OF LENSES:  
ANOTHER LOOK AT THE ROLE OF WOMEN IN CONTEMPORARY FAMILIES.

---

**Resumo:** Este trabalho é uma discussão sobre o papel da mulher na família brasileira. O perfil das famílias brasileiras mudou muito nos últimos trinta anos. Ao lado do tradicional modelo de família composto de pai, mãe e filhos, crescem as famílias com composições diversas: monoparentais, recasados, sem filhos, chefiadas por mulheres. Este artigo apresenta reflexões sobre as diferentes famílias. Para tanto, tece considerações teórico-metodológicas sobre a família ao longo da história e o papel da mulher na atualidade. Além disso, anuncia a conquista da autonomia das mulheres e a transformação do papel da mulher na família e na sociedade.

**Palavras-chaves:** modelos de família; papel da mulher; afeto

**Abstract:** This paper is a discussion of the role of women in the Brazilian family. The profile of Brazilian families changed much in the last thirty years. Beside the traditional family model consisting of father, mother and children, growing families with different compositions: single parents, remarried, childless, headed by women. This article presents reflections on the different families. Therefore, weaves theoretical and methodological considerations on the family throughout history and the role of women today. Furthermore, announces the achievement of women's autonomy and the transformation of the role of women in family and society.

**Keywords:** models of family; role of women; affection

---

1. Psicóloga, Terapeuta de Família, especialista em Violência Doméstica e mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano.  
e-mail: ritacberaldo@gmail.com

O termo família surgiu na Roma Antiga no século VIII a.C. para designar um novo organismo social, em que o homem matinha sob seu poder mulher, filhos e escravos, além de ter o pátrio poder romano e o direito de vida/morte sobre a mulher, os filhos e os escravos.

Os traços essenciais são a incorporação dos escravos e o domínio paterno; por isso a família romana é o tipo perfeito dessa forma de família. Em sua origem, a palavra *família* não significa o ideal – mistura de sentimentalismo e dissensões domésticas – do filisteu de nossa época; a princípio, entre os romanos, não se aplicava sequer ao par de cônjuges e aos filhos, mas somente aos escravos. *Famulus* quer dizer escravo doméstico e *família* é o conjunto dos escravos pertencentes a um mesmo homem. (ENGELS, 1995, p. 61)

A família está na base de qualquer sociedade, e é encontrada com formatos variados e diferentes particularidades culturais, sociais e políticas ao longo do tempo. A princípio a união desse agrupamento de pessoas se deu por meio de várias formas: laços consanguíneos, ancestralidade e linhagem; atualmente, a relação se baseia também no afeto.

A família é o elemento ativo; nunca permanece estacionária, mas passa de uma forma inferior a uma forma superior, à medida que a sociedade evolui de um grau mais baixo para outro mais elevado. Os sistemas de parentesco, pelo contrário, são passivos; só depois de longos intervalos, registram os progressos feitos na família, e não sofrem uma modificação radical senão quando a família já se modificou radicalmente. (ENGELS, 1995, p.30)

Estudos sobre a família perpassam os diversos ramos da ciência e os campos das ciências sociais e humanas. A família é como um conjunto de indivíduos aparentados, ligados entre si por aliança, casamento, filiação, ou, excepcionalmente, por adoção (parentesco), vivendo sob um mesmo teto (coabitação) (BOURDIEU, 1983, p. 125). A família

“enquanto abstração indeterminada quer significar que, em todas as épocas, existiram características comuns a todas as diferentes formas da família” (CANEVACCI, 1981, p. 46).

A família designa instituições e agrupamentos sociais bastante diferentes entre si do ponto de vista de suas estrutura e funções. Encontram-se algumas definições de família no dicionário Houaiss (2001): “conjunto de criados e escravos que viviam sob o mesmo teto; grupo de pessoas que possuíam um mesmo ancestral; a casa em sua totalidade, pai, mãe, filhos, escravos, animais e terras, incluindo a ancestralidade, o casamento e a filiação, biológica ou adotiva”. Família pode ser definida como “um conjunto de conceitos entre os quais se estabelecem relações diversas que não sejam redutíveis a um só conceito ou princípio”; família humana “nem sempre têm uma única propriedade comum, e, mesmo quando têm, ela não resume nem esgota toda a semelhança familiar” (ABBAGNANO, 1998, p. 497).

Para Durkheim (1892, *apud* ENGELS, 1995) é possível identificar três ideias centrais na “família conjugal”: a primeira é que o casamento é que funda a família e não mais o contrário, ou seja, sai-se do modelo de família “paternal” e “patriarcal” para a família conjugal; a segunda diz respeito ao surgimento nas relações familiares do sentimento de igualdade, de respeito e de afeto. Nesse contexto, aparece a ideia de valorização do indivíduo, de seus interesses e sentimentos em detrimento do grupo familiar, ou seja, a afetividade é o que rege as relações familiares e não as imposições da consanguinidade; e a terceira ideia é o fato de que os filhos passam a ocupar posição de igualdade em relação aos pais.

A desigualdade legal, que herdamos de condições sociais anteriores, não é causa e sim efeito da opressão econômica da mulher. No antigo lar comunista, que compreendia numerosos casais com seus filhos, a direção do lar, confiada às mulheres, era uma indústria socialmente tão necessária quanto a busca de viveres, de que ficavam encarregados os homens. As coi-

sas mudaram com a família patriarcal e, ainda mais, com a família individual monogâmica. (ENGELS, 1995, p. 80)

Na família conjugal moderna, o Estado passa a ser o responsável pela defesa dos interesses e da proteção dos mais frágeis, podendo intervir quando os limites são excedidos pelos pais. O estado cria normas, direitos e deveres, que passam a reger o contrato de casamento e filiação, tornando os laços de parentesco indissolúveis; a intervenção vem em defesa dos direitos elementares dos indivíduos de maneira corretiva ou compensadora. Com a revolução burguesa, a lógica familiar associou a família à propriedade, diferente dos regimes anteriores, em que a linhagem é que dominava o núcleo familiar; agora a concentração do poder passa para as mãos do patriarca, ou seja, o chefe da família, e exerce o mando sobre a mulher e os filhos.

A esse respeito, para entender o que aconteceu com a família, vamos retornar à Revolução Industrial (compreendida na Inglaterra nos séculos XVII e XIX), que foi um evento de grande importância e um marco histórico nas transformações que se refere ao conceito de “família”. Antes da invenção das máquinas, as economias eram artesanais e agrícolas. A maior parte das famílias trabalhava e morava no mesmo espaço, os papéis familiares eram divididos de tal maneira que o homem era o responsável pelo sustento da sua esposa e de seus filhos. De acordo com Engels (1995, p. 86), “O homem, em nossos dias, deve – na maioria dos casos – ganhar a vida para toda a família, fato que lhe atribui uma situação preponderante, que não tem absolutamente necessidade de ser sancionada pela lei”.

Por sua vez, o papel da mulher era o de administrar a casa e os filhos, cabendo a ela a realização das tarefas do lar e o cuidado dos filhos e do marido. Ela também deveria ser bondosa e obediente ao seu esposo. Já os filhos do sexo masculino eram criados para trabalhar com o pai nas lavouras ou nas pequenas oficinas artesanais. Para as meninas, eram reservadas as tarefas de casa e o

cuidado dos irmãos mais novos, assim elas seriam preparadas para ser futuras esposas e mães. Após a Revolução Industrial, essa visão foi se modificando, a agricultura não era mais o ponto fundamental da economia e muitas famílias deixaram os campos agrícolas para viverem nos centros urbanos industriais. O salário oferecido pelas indústrias já não era mais suficiente para o sustento da família, as mulheres também precisam trabalhar fora de casa para ajudar em sua manutenção.

De acordo com Engels (1995, p. 78),

Sobretudo desde que a grande indústria arrancou a mulher de lar para atirá-la ao mercado de trabalho e à fábrica, convertendo-a, frequentemente, em sustentáculo da casa, ficaram desprovidos de qualquer base os restos de supremacia do homem no lar proletário, excetuando-se, talvez, certa brutalidade no trato com as mulheres, muito arraigada desde o estabelecimento da monogamia.

De acordo com Sarti (2004), esse contexto favoreceu a mudança no papel da mulher na sociedade, deixando de ser apenas a pessoa que ficava dentro de casa, para cuidar dos afazeres domésticos e dos filhos. Na década de 1960, esse quadro torna-se mais evidente com o movimento feminista e com os anticoncepcionais, a mulher inicia a sua emancipação social e sexual, podendo decidir pela não maternidade.

Em escala mundial, difundiu-se a pílula anticoncepcional, que separou a sexualidade da reprodução e interferiu decisivamente na sexualidade feminina. Esse fato criou as condições materiais para que a mulher deixasse de ter sua vida e sua sexualidade atadas à maternidade como um “destino”, recriou o mundo subjetivo feminino e, aliado à expansão do feminismo, ampliou as possibilidades de atuação da mulher no mundo social. A pílula, associada a outro fenômeno social, a saber, o trabalho remunerado da mulher, abalou os alicerces familiares, e ambos inauguraram um processo de mudanças substantivas na família. (SARTI, 2003, p.21)

Segundo a pesquisa do Datafolha, a família ficou ainda mais importante para os brasileiros. A Folha de São Paulo divulgou o resultado da pesquisa nacional<sup>3</sup>, que traçou um novo perfil da família brasileira<sup>4</sup>. As pesquisas realizadas em 1998 e 2007 repetiram as mesmas questões e a constatação foi que a família brasileira mudou. O resultado indica que nesse período houve uma mudança nos hábitos, nos valores, nas opiniões e nas atitudes da família brasileira com relação à moral, à sexualidade, ao trabalho, à religião, e principalmente às relações familiares<sup>5</sup>. Indêpende de como as famílias se organizam atualmente, sabe-se que as transformações no contexto social afetam direta e profundamente as relações familiares.

Nove anos depois de ampla pesquisa realizada pelo Datafolha sobre as opiniões, valores e o comportamento dos brasileiros em relação à família, novo levantamento mostra que o percentual dos que dizem que essa instituição é muito importante em suas vidas subiu de 61% para 69%. A família ocupa agora o primeiro lugar em um *ranking* que inclui ainda estudo, trabalho, religião, lazer, casamento e dinheiro. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2007)

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD)<sup>6</sup> de 2009, cerca de 35,2%

das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres e foi entre 1999 e 2009 que ocorreu a maior intensificação desse movimento de transferência da chefia das famílias. Houve um crescimento expressivo das famílias chefiadas por mulheres, seu número passou de 22,2% em 2000 para 37,3% em 2010. Famílias monoparentais chefiadas por mulheres são outra realidade no contexto brasileiro. De cada 10 famílias, 4 são chefiadas por mulheres.

Os dados do IBGE do Censo Demográfico de 2010 (2010) também confirmam que as famílias brasileiras mudaram e estão diferentes porque diminuíram de tamanho, há mais avós convivendo com os netos em função também do aumento da expectativa de vida para os mais velhos. A responsabilidade da criação dos netos, em muitos casos, passou a ser de total responsabilidade dos avós, não havendo nem compartilhamento por parte dos pais nessa tarefa de criação. Os pais ficam livres para buscar uma nova relação e para deixar de pertencer a esse grupo familiar. Os filhos dos relacionamentos anteriores podem fazer parte das relações futuras, nas famílias recasadas. Não se pode deixar de pontuar também que muitas vezes, os avós são os cuidadores dos netos por necessidade, uma vez que, para sustentar os filhos (muitas vezes, é a mãe que precisa fazer isso sozinha), a mãe precisa sair

3. Foram ouvidos 2095 brasileiros, em 211 municípios, nos dias 1 e 2 de agosto, e a margem de erro máxima, para os resultados que se referem ao total de entrevistados, é de dois pontos percentuais para mais ou para menos. Datafolha, São Paulo, 31 de agosto de 2007.

4. A família brasileira: 3,8 é o número médio de pessoas por casa. A quantidade média de filhos por família é 2,7. 27% dos casais estão juntos há mais de 10 e menos de 20 anos. Os casados com filhos que têm renda de até 10 salários mínimos são 91%. Os brasileiros que não costumam conversar durante as refeições equivalem a 30%. 35% dos brasileiros ganham até dois salários mínimos, e outros 24% ganham entre dois e três salários mínimos. 65% têm escolaridade de nível médio e 15% nível superior. 49% dos homens arcam com a maior parcela das despesas da família. Entre as mulheres, esse percentual cai para 29%.

5. Relações de família: 76% dos entrevistados avaliam como ótima/boa a relação com o pai, enquanto 91% dizem o mesmo da relação com a mãe. 71% consideram ótimo/bom o relacionamento com irmãos e 68% com irmãs. No caso do almoço dominical com pai/mãe, 92% professam o hábito; com os filhos, 96%. Com outros integrantes da família, 90% almoçam com avô/avó. Em 90% dos casos em que o filho fica doente, quem cuida é a mãe, contra 15% o pai. Acompanhar refeições (83% elas, e 18% eles); levar ao médico ou dentista (89% a 22%); e ir a reuniões na escola (78% a 21%). Para 93% delas, o relacionamento é considerado ótimo/bom com os filhos. E 65% avaliam ter dedicado o tempo necessário aos filhos. Já entre os homens, 88% avalia a relação com filhos como ótima/boa, e apenas 49% acreditam que dedicaram o tempo necessário.

6. O IBGE realizou o Censo Demográfico no ano de 2010.

para trabalhar. Estudos demonstram que o aumento da expectativa de vida pode ser também um fator responsável por essa tendência.

Segundo o levantamento feito pelo IBGE, 8,4% das famílias vivem com filhos que são frutos de outros relacionamentos, de um dos dois ou mesmo de ambos. Outra mudança significativa é a escolha pela união estável, em detrimento do casamento civil. As chamadas uniões consensuais cresceram de 28,6% para 36,4% em 10 anos, enquanto o casamento tradicional caiu de 49,4% em 2000 para 42,9% em 2010.

A pesquisa do Dieese<sup>7</sup> (2012, p. 31) acrescenta a presença cada vez maior da mulher no mercado de trabalho nos últimos anos, que é “é resultado da combinação de fatores, como a queda da fecundidade, a diminuição da razão de dependência, o aumento nos níveis de escolaridade e as mudanças sociais e culturais nas relações de gênero”. Com mais anos de escolaridade e responsabilidades assumidas, as mulheres brasileiras têm menos filhos e deixam a maternidade para mais tarde. A taxa de fecundidade despencou da média de 2,38 filhos por mulher para apenas 1,86, seguindo a tendência de queda na natalidade observada no país desde os 1960, quando a média era de 6 filhos por família.

O impacto da popularização da pílula anti-concepcional começou a ser sentido com mais força a partir da década de 1980, quando a fecundidade ficou em 4,4 filhos por mulher. A queda da fecundidade e o processo de envelhecimento populacional chamam a atenção pela rapidez e intensidade com que o processo de mudança acontece. Vários fatores contribuíram para isso: socioeconômicos, culturais e institucionais.

O número de pessoas que moram sozinhas aumentou de 8,6% para 12,1% em uma década. Os motivos podem ser creditados às mudanças

[...] socioeconômicas (urbanização, modernização, aumento do emprego e da renda, aumento do custo da prole, principalmente com educação, acesso ao crédito e maior inserção da mulher no mercado de trabalho); mudanças culturais (diminuição do peso da religião e de costumes tradicionais; mudanças nas relações de gênero e nos modelos de casamento e arranjos familiares) e mudanças institucionais e de políticas públicas mais recentes (democratização, aumento da cobertura dos serviços de educação, saúde geral e previdência social, maiores difusão e acesso aos métodos contraceptivos e aos serviços de saúde reprodutiva, programas de renda mínima para a população mais pobre e papel da mídia e da escola na difusão de novos padrões de famílias). (DIEESE, 2012, p. 26)

A sociedade salarial, o estado-providência e a escolarização provocam o aparecimento da família da segunda modernidade, em que encontra-se, como condição da própria modernidade, um aprofundamento dos princípios da individualização e de transformação dos laços familiares. Há um compromisso maior com as reivindicações dos indivíduos para se tornarem autônomos. Agora, o elemento central não é mais o grupo familiar, mas os membros que o compõem. A família passa a ser um espaço privado a serviço dos indivíduos, o que remete ao conceito de desencaixe de Giddens (1991), que se refere ao deslocamento e reestruturação das relações sociais em contextos locais de interação.

Essa família “moderna 2” compõe-se com a individualização. Sua permanência se dá a esse preço, sua instabilidade também. Por isso, paradoxalmente, a família pode parecer frágil e forte: frágil, pois poucos casais conhecem antecipadamente a duração de sua existência, e forte porque a vida privada com uma ou várias pessoas próximas é desejada pela grande

---

27. A Situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000/ Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo: DIEESE, 2012.



maioria das pessoas (sob certas condições, ou seja, se a família não é percebida como sufocante). A família deve ser designada, para nós, pelo termo de “relacional e individualista”. E é nessa tensão entre os dois polos que se constroem e se desfazem as famílias contemporâneas. (SINGLY, 2000, p.15)

O que muda entre as duas modernidades é o fato de as relações serem mais valorizadas pela satisfação que trazem a cada um dos membros da família. “Hoje, a família feliz deixou de ser o objetivo principal; o que importa é que o indivíduo seja feliz na sua vida privada”. As exigências mais individuais, a tensão entre amor e casamento são elementos característicos da família atual. Ao contrário de algumas utopias de 1968 que queriam “o fim da família”, uma vez que ela destruía as pessoas, na segunda modernidade, a família permanece: os indivíduos acreditam que esse grupo representa um dos meios ideais para se realizarem. O “eu” leva a melhor sobre o “nós”, sem que implique o desaparecimento das relações conjugais e familiares. (SINGLY, 2010, p. 24).

No entanto, vivemos uma mudança em nossa vidas pessoal, no modo como pensamos sobre nós mesmos e no modo como formamos laços e ligações com os outros. “As transformações que afetam as esferas pessoal e emocional vão muito além das fronteiras de qualquer país” (GIDDENS, 2011, p. 62), considerando a família uma instituição em transformação e o local onde encontramos as lutas entre tradição e modernidade. Talvez seja no santuário perdido da família tradicional, onde haja uma maior nostalgia.

Na Europa pré-moderna, a maior parte dos casamentos eram contraídos, não sobre o alicerce da atração sexual mútua, mas o da situação econômica. Entre os pobres, o casamento era um meio de organizar o trabalho agrário. Era improvável que uma vida caracterizada pelo trabalho árduo e contínuo conduzisse à paixão sexual. (GIDDENS, 1993, p. 49)

Em todos os países continua existindo uma

diversidade de formas de família. Porém, a maior parte da vida familiar foi transformada pelo surgimento do casal informal e da união informal. Na família tradicional, o casal era apenas uma parte, os laços com os filhos e com os outros parentes tendiam a ser muito importantes. Na família atual, o casal está no centro da família e o “amor somado à atração sexual se tornou a base da formação dos laços de casamento”.

O casamento significa que um casal está vivendo uma relação estável e pode na verdade promover essa estabilidade, uma vez que envolve uma declaração pública de compromisso. No entanto, ele não é mais a principal base definidora da união. (GIDDENS, 2011, p. 69)

Com relação à posição das crianças na família também nota-se uma mudança da família tradicional para a atual: antes os filhos eram uma vantagem econômica, agora ao contrário, representam um grande encargo financeiro para os pais. Valorizam-se tanto as crianças porque elas se tornaram muito mais raras, mas também porque a decisão de ter filho agora é diferente do que foi nas gerações anteriores. A tendência na modernidade é “para relacionamentos baseados muito mais na comunicação afetiva do que em papéis sexuais institucionalmente estabelecidos”. Nesse sentido, o papel da mulher se modifica, pois “o caminho para a modernização reflexiva passa necessariamente por uma ampla democracia sexual com todas as oportunidades e também problemas que isso acarreta” (GIDDENS, 2002, p. 93).

Na perspectiva da psicologia, pode-se tratar a família como um sistema, ou seja, a família definida como um complexo de elementos em interação mútua. Um sistema constituído por subsistemas em que cada sistema pode estar inserido em outros sistemas maiores, em que a família pode ser vista como um sistema maior, que é parte de outro ainda maior que é a sociedade. A família é composta de muitos outros subsistemas: mãe e filho,

o casal, irmãos e ao mesmo tempo, faz parte de sistemas maiores que é composto pelos vizinhos, organizações, igreja, instituições de saúde, escola etc. Esses sistemas são definidos por fronteiras que ajudam a estabelecer quem está fora ou dentro do sistema familiar num determinado momento. Ao mesmo tempo, os componentes e suas relações formam a estrutura do sistema, que é dinâmica e está em contínua mudança.

Segundo Minuchin (1995), a família é formada por um todo, composto por um grupo de indivíduos vinculados por uma ligação emotiva e por um sentimento de pertença, ou seja, de fazer parte daquele grupo. Cada sistema familiar contém subsistemas. O marido e a esposa formam uma díade, a mãe e os filhos formam outra, os irmãos formam outro subsistema, e daí em diante. Os subsistemas podem ser formados por gerações, sexo, interesses ou funções.

O homem moderno ainda se mantém fiel a um conjunto de valores, que pertence a uma sociedade diferente, uma sociedade em que as fronteiras entre a família e o extrafamiliar eram nitidamente delineadas. [...] o mundo ocidental está num estado de transição, e a família, que sempre deve se acomodar à sociedade, está mudando com ele. Mas em razão de dificuldades transacionais, a principal tarefa psicossocial da família – apoiar seus membros – se tornou mais importante do que nunca. Somente a família, a menor unidade da sociedade, pode mudar e, apesar disso, manter suficiente continuidade para criar filhos, que não serão “estrangeiros numa terra estranha”, que estarão firmemente enraizadas, o suficiente para crescerem e se adaptarem. (MINUCHIN, 1990, p. 53)

Cada membro da família pertence ao mesmo tempo a diferentes sistemas e em cada um exerce níveis diferentes de poder e aptidões. As fronteiras dos sistemas são entendidas como as regras das funções exercidas pelos sujeitos dentro dos grupos que participa, quando as fronteiras são nítidas e entendidas, promovem a diferenciação do sujeito dentro da família. É a diferenciação de pa-

péis e funções na família que interfere na capacidade do sujeito de distinguir entre os comportamentos que fundamentam seu sistema emocional.

Em todas as culturas, a família dá a seus membros o cunho da individualidade. A experiência humana de identidade tem dois elementos: um sentido de pertencimento e um sentido de ser separado. O laboratório em que estes ingredientes são misturados é a família, a matriz da identidade. No processo inicial de socialização, as famílias modelam e programam o comportamento e o sentido de identidade da criança. O sentido de pertencimento aparece com uma acomodação de parte da criança aos grupos familiares e com sua pressuposição de padrões transacionais, na estrutura familiar, que são consistentes durante todos os diferentes acontecimentos da vida. (MINUCHIN, 1990, p. 53)

A família, como espaço indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como se estrutura, passou por diversas transformações ao longo do tempo; mesmo assim, desempenha papel decisivo na educação formal e informal de seus membros; em seu espaço são absorvidos os valores éticos e morais, e onde se aprofundam os laços de solidariedade. Considera-se também que conhecer uma família é conhecer um pouco do funcionamento de todas, o que nos remete a Minuchin ao declarar que:

O sumo de minha família é igual ao de milhões de família “comuns”, porque os problemas básicos de minha família são os mesmos que os de milhões de famílias: resultam de uma situação familiar, com base na necessidade de se manter fiel aos princípios que constituem o fundamento de todos os lares “comuns”. (MINUCHIN, 1990, p. 25)

A família atual não tem mais um modelo a ser seguido. Independentemente de como as famílias se organizam atualmente, sabe-se que as famílias extensas pertencentes ao período colonial se

transformaram em famílias conjugais, nucleares, ou seja, famílias que agora ganharam espaço e *status* no contexto social. A família agora pode ter configurações diversas: monoparental, separada, recasada, homoafetiva, entre outras. Estudos jurídico, social, econômico, cultural, psicológico indicam que o elo entre seus membros é afetividade.

Pelo exposto, diante das configurações familiares atuais, não é possível mais se restringir aos laços de consanguinidade e ao triângulo mãe, pai e filhos para definir a família brasileira. A família brasileira se constituiu de maneira plural e variada nos diversos momentos da história, nas diferentes regiões do país. Não é possível mais conceber a ideia de um padrão único de organização familiar que possa servir de modelo para a família brasileira. Sem dúvida, o momento pede um ajuste no foco das lentes quando se fala de famílias contemporâneas brasileiras. É preciso lançar um novo olhar sobre o papel da mulher, que se amplia dentro do núcleo familiar, enquanto arrimo econômico e afetivo-emocional.

A família brasileira mudou, mas, apesar de todas as mudanças, ela ficou ainda mais importante para os brasileiros. É interessante constatar que, mesmo com muitas mudanças, isso não resultou no enfraquecimento da instituição, apenas fomentou o surgimento de novos modelos familiares no Brasil e no mundo inteiro. Não é possível negar a importância da família no desenvolvimento do indivíduo, afinal mesmo com tantas configurações diferentes, ela continua sendo a referência mais importante para o indivíduo. As famílias ganharam novas roupagens, novas composições; se pluralizam, mas, no entanto, permanecem famílias.

## Referências

ABBAGNANO, Nicolas. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CANEVACCI, Massimo (org.) **Dialética da família**. Textos de Morgan, Engels, Tonnies, Freud, Lu Hsun, Malinowsky, Reich, Marcuse, Fromm, Lévi-Strauss, Mead, Adorno, Horkheimer, Habermas, Mitscherlich, Laing, Esterson, Mitchell. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CENSO DEMOGRAFICO DE 2010. IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados\\_preliminares/tabelas\\_adicionais.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_preliminares/tabelas_adicionais.pdf)>. Acesso em: 5 jul. 2012.

DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) – **A Situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos (Cap. 2 – Renda familiar e trabalho)** São Paulo: DIEESE, 2012. Disponível em: <[www.dieese.org.br/livroSituacaoTrabalhoBrasil/livroSit](http://www.dieese.org.br/livroSituacaoTrabalhoBrasil/livroSit)>. Acesso em: 2 mar. 2012.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

FOLHA DE SÃO PAULO. Pesquisa Datafolha indica mudança nos valores da família brasileira, 07/10/2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u334559.shtml>>. Acesso em: 22 nov. 2011.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

\_\_\_\_\_. **As ideias de Durkheim**. São Paulo: Cultrix, 1981.

\_\_\_\_\_. **A transformação da intimidade: Sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

\_\_\_\_\_. **Modernidade e identidade**.



Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002.

\_\_\_\_\_. **Mundo em descontrole: O** que a globalização está fazendo de nós. Rio de Janeiro: Record, 2011.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MINUCHIN, Salvador. **Famílias: Funcionamento e tratamento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

\_\_\_\_\_. **A cura da família**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

SARTI, Cynthia. **A família como um espelho: Um estudo sobre a moral dos pobres**. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. A Família como ordem simbólica. **Psicologia USP**, 15(3), p. 11-28, 2004.

\_\_\_\_\_. Família e individualidade: um problema moderno In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant (Org.) **A família contemporânea em debate**. 3 ed. São Paulo: EDUC, 2000, p. 39-50.

SINGLY, François. **Sociologia da família contemporânea**. 4 ed. Lisboa: Edições Texto & Grafia Lda. 2010.

\_\_\_\_\_. O nascimento do “indivíduo individualizado” e seus efeitos na vida conjugal e familiar. In: PEIXOTE, C. PEIXOTO; SINGLY, F.; CICCHLLI, V. (Org.), **Família e individualização**. p. 13-19. Rio de Janeiro: FGV, 2000.